

A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista

RUY BRAGA

São Paulo: Boitempo, 2012, 263p.

*Ellen Gallerani Corrêa**

O livro de Ruy Braga, ao investigar a trajetória do moderno proletariado precarizado brasileiro, torna-se uma leitura importante para os interessados no tema da formação e da organização sindical da classe operária no país. Através de uma minuciosa revisão da literatura sobre essa temática, o autor procura construir uma “sociologia da inquietação operária”. A análise se inicia com a formação daquilo que o autor denomina o “preariado brasileiro” durante o populismo, passa pela sua transformação durante o ciclo grevista do final dos anos 1980, e, deixando de lado a década de 1990, passa a examinar o período que Braga identificou como “hegemonia lulista”. Com esse percurso, pretende-se demonstrar que, apesar das dificuldades impostas pelas condições sociais periféricas, a auto-organização do precariado não foi bloqueada e sua prática política transformou-se em um reformismo plebeu sindicalmente refratário à colaboração com as empresas e construído na luta pela efetivação e ampliação dos direitos trabalhistas por meio da crença no poder de decisão das bases.

Na introdução, Braga justifica a utilização do conceito de precariado, o qual se refere à fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas. Segundo o autor, o precariado é formado por aquilo que Marx

* Doutoranda em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: ellen-gallerani@uol.com.br.

chamou de *superpopulação relativa*, que compreende as populações *flutuante*, composta por trabalhadores ora atraídos ora repelidos pelas empresas, *latente*, formada por jovens e trabalhadores não industriais à espera de uma oportunidade para estabelecer-se na indústria, e *estagnada*, composta por trabalhadores que ocupam funções deterioradas e mal pagas. Com esse uso do conceito de precariado, o autor pretende se contrapor àqueles autores, como Robert Castel e Guy Standing, que, embora utilizando o mesmo conceito, entenderiam a precariedade como uma condição exterior à relação salarial e que poderia ser superada por meio da proteção social. Diferentemente, Braga afirma que a precariedade constitui uma dimensão intrínseca à relação salarial, daí a necessidade de um conceito que faça referência a uma fração que é parte integrante da classe trabalhadora, mas que se diferencia dos setores mais qualificados e melhor remunerados do proletariado.

No Capítulo 1, o autor revisita os estudos pioneiros da sociologia profissional do trabalho no Brasil de Leôncio Martins Rodrigues e Juarez Rubens Brandão Lopes, realizados nas décadas de 1950 e 1960, para reinterpretar suas conclusões. Para Braga, o jovem operariado migrante foi interpretado por esses autores como uma massa incapaz de se auto-organizar e inclinada a consentir passivamente com a superexploração imposta pelo modelo de desenvolvimento fordista periférico. Entretanto, os dados obtidos por Rodrigues e Lopes em suas pesquisas de campo permitiriam outra conclusão: a fração precarizada do operariado brasileiro, ao ser incorporada ao regime de acumulação despótico, teria rapidamente iniciado sua auto-organização sindical, alimentando entre a segunda metade da década de 1950 e o golpe militar de 1964 um afamado ciclo de greves gerais na cidade de São Paulo, o que demonstraria que a hegemonia do populismo caracterizou-se por um estado permanente de inquietação social dos operários.

Por causa dos limites desses estudos em identificar a inquietação social do precariado brasileiro, no Capítulo 2, Braga agrega as contribuições dadas por outros estilos sociológicos. A sociologia aplicada de José Albertino Rodrigues demonstrou que, na década de 1950, mesmo diante das dificuldades trazidas por um sindicalismo investido de poder burocrático pelo Estado para a auto-organização, a pressão das bases sobre os sindicatos logrou inúmeras conquistas salariais e trabalhistas. No campo da sociologia pública, Francisco Weffort, concentrando-se na relação entre as lideranças sindicais e o Estado, analisou o populismo a partir da ênfase na centralidade da ação inorgânica das massas populares sobre o “Estado de compromisso”. Já Luiz Pereira, ao desenvolver uma sociologia crítica do trabalho na década de 1960, destacou que o atrito causado pelo choque entre as expectativas de progresso individual do operariado de origem migrante e os limites do modelo de desenvolvimento fordista periférico alimentou um impulso sindical refratário à tutela do populismo.

No Capítulo 3, a análise prossegue na construção de uma “sociologia da inquietação operária”, argumentando que a prática política do precariado amadurecida no período populista foi dialeticamente superada pelo novo sindicalismo,

pois este, além de transformar o jovem precariado migrante em uma força política vigorosa, acelerou o colapso da ditadura militar. A partir de estudos de caso realizados entre o final da década de 1960 e início da de 1980, dentre eles os de Celso Frederico, John Humphrey e Luís Flávio Rainho, Braga desenvolve sua hipótese de que o encontro entre o precariado metalúrgico do ABCD paulista e a burocracia sindical de São Bernardo deu origem, no final dos anos 1970, à forma primitiva da “hegemonia lulista”. A atuação dessa burocracia durante aquele período de “explosão da consciência de classe” apoiou-se sobre a pacificação reformista dos conflitos trabalhistas e a integração à estrutura sindical oficial, ou seja, ao Estado, dos ativistas mais destacados.

O último capítulo do livro dedicou-se à ação política do precariado sob a “hegemonia lulista” por meio de um estudo de caso da atividade reivindicativa dos teleoperadores da indústria paulistana de *call center*, segmento cujas características (trabalhadores jovens, pouco qualificados, sub-remunerados e inseridos em relações trabalhistas pouco favoráveis à organização coletiva) permitiriam entendê-lo como um exemplo do precariado atualmente. A hipótese de Braga é a de que a “hegemonia lulista” combina o *consentimento passivo das massas*, que aderiram momentaneamente ao governo em razão das políticas públicas redistributivas e dos modestos ganhos salariais advindos do crescimento econômico, e o *consentimento ativo das direções sindicais*, seduzidas por posições no aparato estatal e pelas vantagens materiais proporcionadas pelo controle dos fundos de pensão. Porém, a despeito desse consentimento passivo construído entre os teleoperadores, Braga apresenta dados que indicam o descontentamento desses trabalhadores com suas condições de trabalho e a gestação de um instinto reformista que pressiona o “sindicalismo lulista”, por meio de greves e mobilizações, a atender suas demandas e romper com o conformismo e a passividade política.

Para finalizar, seguem algumas observações críticas que podem estimular a reflexão do leitor. É pouco detalhada a forma com que Braga justificou a utilização do conceito de precariado, já que, como ele próprio admite (p.18), os critérios que o definem foram diagnosticados por Marx e estão presentes no conceito de *superpopulação relativa*. Ademais, Braga utiliza a noção de modo amplo demais, incorporando os setores mais variados da classe trabalhadora a esse conceito. Em segundo lugar, o autor argumenta que as mobilizações dos teleoperadores nos anos 2000 representariam um estado mais ou menos permanente de inquietação social (p.218), no entanto a brevidade com que os dados foram apresentados parece não ser suficiente para sustentar o otimismo de suas conclusões. Por último, destacamos que a análise da hegemonia nos “governos lulistas”, ao enfatizar a personalidade de Lula como uma das principais dimensões articuladoras dessa hegemonia, não deu a devida importância aos elementos que diferenciam esse período, como a redução do desemprego e os aumentos reais no salário mínimo, do momento anterior, marcado pelas políticas neoliberais do governo FHC.

CORRÊA, Ellen Gallerani. Resenha de: BRAGA, Ruy. A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012, 263p. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Unesp, n.37, 2013, p.195-197.

Palavras-chave: Lulismo; Populismo; Brasil; Partido dos Trabalhadores.